

# PASSOS SE DIZEM PERSEGUIDOS

Desde 1994, quando o **Correio Braziliense** começou a denunciar a existência de uma máfia de grileiros de terras em Brasília, com ramificações em órgãos públicos e no Judiciário, o grupo mais organizado, liderado pelos irmãos Pedro, Márcio, Eustáquio e Alaor Passos, se defende com o argumento de que é vítima de um complô político e de uma perseguição por parte do Ministério Público.

Desde a última sexta-feira, o **Correio** tenta ouvir Pedro Passos Jr e o governador Joaquim Roriz sobre o uso da máquina do governo em benefício do grupo de grileiros. O secretário de Comunicação do DF, Welington Moraes, não retornou nenhuma ligação feita pelo **Correio** desde a manhã de sexta-feira. Pedro Passos, segundo informações dadas por sua se-

cretária na firma Lumiar, estaria viajando e também não retornou as ligações.

Nos processos judiciais em que são acusados de envolvimento em parcelamento ilegal do solo, os Passos creditam as denúncias à proximidade que têm com o governador Joaquim Roriz. Seus advogados usam, para ilustrar a alegação, depoimentos como o prestado pelo grileiro Germano Carlos Alexandre — sócio dos irmãos em condomínios irregulares em Sobradinho — em novembro de 1998 na corregedoria da Polícia Civil.

Germano, que na época era defendido pelo advogado Kleber de Andrade Pinto (que trabalha para os Passos), afirmou na ocasião que todas as denúncias contra os quatro irmãos foram arquitetadas pelo PT e pelo ex-senador José Paulo Bisol.

Segundo Germano, Bisol acusava os irmãos de terem sido responsáveis pelas denúncias que o levaram a deixar a chapa presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 1994. O ex-senador e os Passos têm fazenda na cidade mineira de Buritit. Bisol foi afastado da chapa por ter, supostamente, incluído no Orçamento da União emenda para a construção de uma ponte que beneficiaria sua fazenda. Segundo Germano, Bisol acredita que a denúncia partiu dos Passos, daí a "perseguição política".

O depoimento de Germano, sem provas, serve, assim, como uma espécie de habeas-corpus preventivo, usado pelos Passos sempre que são acusados por crimes de parcelamento do solo. Isso, apesar de todos os documentos e processos em que são apontados como grileiros.